



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

TIAGO ABRÃO VILINGA

**A SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NA CPLP:
PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES ENTRE OS ANOS DE 2008-2017**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

TIAGO ABRÃO VILINGA

**A SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NA CPLP:
PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES ENTRE OS ANOS DE 2008-2017**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para aprovação na disciplina de TCC II, do Curso de Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Daniel De Lucca.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2022

TIAGO ABRÃO VILINGA

**A SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NA CPLP:
PERSPECTIVAS E POTENCIALIDADES ENTRE OS ANOS DE 2008-2017**

Trabalho de conclusão de curso de graduação, modalidade projeto de pesquisa, será apresentado a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira como requisito para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 29/07/2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Daniel De Lucca (Orientador)

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof.^a Dr.^a Joyce Amâncio de Aquino Alves

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Prof. Dr. Alexandre Cohn da Silveira

Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Mapa de Angola	6
Figura 2	Mapa com a localização geográfica das cinco ex-colônias portuguesas na África. Hoje, o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) incorpora um sexto país, Guiné-Equatorial, país de colonização espanhola incluído na CPLP em 2014	10
Figura 3	Abrangência da CPLP	12
Figura 4	Mapa com as línguas de Angola	19

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACNUDH – Alto comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem
- ASEAN – Association Southeast Asian Nations
- CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
- CEEAC – Comunidade Económica dos Estados da África Central
- CPLP – Comunidades dos Países de Língua Portuguesa
- CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colônias Portuguesas
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FRAIN – Frente Revolucionária Africana
- FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
- OIM – Organização Internacional para as Migrações
- OIT – Organização Internacional do Trabalho
- PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
- PAIGC – Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde
- IILP – Instituto Internacional de Língua Portuguesa
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- MAC – Movimento Anticolonial
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe
- ONU – Organização das Nações Unidas
- SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
- UA – União Africana
- UE – União Europeia
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a educação, a política e cultura
- UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PROBLEMA DA PESQUISA	14
3	JUSTIFICATIVA	14
4	OBJETIVOS	15
4.1	OBJETIVO GERAL	15
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
5	HIPÓTESES	16
6	REFERENCIAL TEÓRICO	17
7	METODOLOGIA	21
8	CRONOGRAMA DA PESQUISA	23
	Referências	24

1 INTRODUÇÃO

O presente projeto de pesquisa propõe um estudo sobre a situação geopolítica, em especial linguística, de Angola na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), considerando o período entre os anos de 2008 e 2017 e refletindo sobre sua posição regional e sua participação política no âmbito da referida comunidade. Este projeto levanta informações e questionamentos, apresenta referenciais teóricos e percursos metodológicos possíveis para se descrever e compreender a particular da situação geopolítica de Angola no contexto da CPLP. Parte-se da hipótese de que a inserção de Angola no âmbito desta organização internacional produz repercussões na projeção de poder daquele Estado. Neste sentido, o projeto propõe uma leitura atenta à inserção internacional angolana, interrogando como as conexões territoriais e linguísticas do país permeiam sua vinculação à CPLP.

Sendo assim, para auxiliar na contextualização deste projeto, segue abaixo o mapa de Angola.

Figura 1 - Mapa de Angola



Fonte: Mundo educação.UOL.br. 2022.

Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em: 20.May.2022.

Angola localiza-se na África Austral, faz fronteira ao norte e nordeste com a República Democrática do Congo, ao sul com a República da Namíbia, a Leste com a Zâmbia e, a oeste, margeia o oceano Atlântico. O país possui também um exclave, a província de Cabinda, situada a norte, entre a República do Congo e a República Democrática do Congo (antigo Zaire), com saída para o oceano Atlântico, mas sem continuidade terrestre com o conjunto do espaço nacional angolano.

Angola desponta como detentor do maior Produto Interno Bruto (PIB) e a maior extensão territorial - 1.246.700 km² - entre o conjunto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Em anos recentes Angola se destacava entre as três primeiras e maiores economias do continente africano, mas devido à desvalorização internacional do preço do petróleo no país, a crise sanitária da pandemia e outros problemas domésticos que limitaram o crescimento econômico nacional e agravaram sua recessão, o PIB de Angola caiu significativamente, chegando a atingir, no ano de 2021, a posição de décima economia no ranking do continente. Sua população é de cerca de 25.789.024 milhões de habitantes, de acordo com o censo nacional realizado em 2014 (INE, 2014), o que revela um mercado consumidor potencial.¹

A expansão da Língua portuguesa em Angola teve início com a presença portuguesa no território, sobretudo em fins do século XIX e no decorrer do século XX, cuja sua inserção em Angola foi marcada por uma atitude brutal, forçada pelos colonizadores, que gerou maltratos, assassinatos, opressão e obrigatoriedade aos povos angolanos ao trabalho. Isto quando a educação era anunciada como um aspecto importante do projeto civilizatório europeu e uma das justificativas para a exploração do meio ambiente, das riquezas, do conhecimento e do trabalho braçal dos povos autóctones em África. A pesquisa de Silva (2008) destaca que no processo de expansão da língua portuguesa a presença colonial afirmava a superioridade atribuída aos valores e às práticas dos colonizadores, bem como sua língua europeia, subalternizado e rebaixando os povos africanos, sua cultura e língua, em relação à tudo que vinha da metrópole. Contudo, a educação colonial nas províncias ultramarinas portuguesas sempre foi muito reduzida, inicialmente conduzida por missões católicas, mas limitada a uma pequena elite local, composta quase sempre por filhos de metropolitanos, mestiços luso-africanos, além de parentes de régulos e outras autoridades. Deste modo, a maior difusão da

¹ Instituto Nacional de Estatística (INE), "Resultados Definitivos - Recenseamento Geral da População e Habitação - 2014, Gabinete Central do Censo, Subcomissão de Difusão de Resultados, Luanda, 2016. Disponível em: <http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2022.

língua portuguesa entre a população do território angolano verificou-se, de fato, após a independência do país, quando o novo governo pós-colonial angolano buscou desenvolver políticas públicas educacionais, ampliando o acesso ao ensino escolar e investindo em campanhas de alfabetização de massa.

Em 1976, um ano após a Proclamação da Independência de Angola, foi publicado o Manual de Alfabetização e o Guia do Alfabetizador chamado *A Vitória é certa*. Este material didático possuía uma retórica da continuidade da luta armada defendida pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). Com o fim da guerra colonial, o campo de forças em conflitos agora passava a ganhar a forma de uma guerra civil, na tensão entre o MPLA, instalado na capital, e os partidos adversários e que com ele disputavam o poder nacional.² Assim, o novo governo pós-colonial mobilizou os aparatos educacionais para construir uma narrativa nacionalista baseada na luta, um arcabouço discursivo e ideológico que permitisse angariar o apoio da população. O material didático utilizado em Angola era baseado no "método de Paulo Freire" e também no manual de alfabetização vindo de Cuba, *Si, yo puedo*, um país que, à época, desenvolvia profundos laços de cooperação com Angola e, por décadas, enviou professores alfabetizadores, e não apenas soldados, ao país africano (BONIFÁCIO, 2020). Deste modo, a maior difusão da língua portuguesa no período pós-colonial também respondeu aos interesses do partido que governava desde Luanda, em suas estratégias de construção de uma unidade nacional por meio de uma única língua e de uma identidade angolana baseada na luta e na busca pela "vitória".

As aproximações políticas entre as lideranças de Angola e as lideranças de outros PALOP foram estabelecidas, ainda, durante a guerra colonial e a luta de libertação. Em 18 de abril de 1961, ocorreu em Casablanca, Marrocos, a I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCEP), funcionando como um fórum de trocas e intercâmbio para estabelecer uma estratégia internacional comum dos diversos movimentos nacionalistas.³ Nesta conferência estavam presentes os representantes do Movimento Popular

² A proclamação de independência de Angola foi efetuada por três distintos movimentos que lutaram pela sua libertação: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Entretanto, a declaração que teve maior reconhecimento da comunidade internacional, em especial o brasileiro e português, foi aquela efetuada pelo MPLA, estabelecendo um sangrento conflito aberto, pela legitimidade do governo, com os outros partidos (FERREIRA, 2020).

³ Biblioteca Nacional de Portugal. "A CONCEP – a internacionalização da luta pela independência das colónias portuguesas", Disponível em: <
http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt> Acesso em: 25.Jun.2022

de Libertação de Angola (MPLA), fundado em 1956, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), fundada em 1962, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), fundado em 1960, o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, além de representantes de Goa, no então "Estado da Índia Portuguesa", território que naquele mesmo ano seria anexado à União Indiana à contragosto de Salazar. Se é verdade que na CONCEP os representantes dos movimentos nacionalistas se comunicavam na língua do colonizador, importa destacar que, de acordo com Matos (2019), essa Conferência foi um momento oportuno em que estes diferentes movimentos nacionalistas aprenderam com outras experiências, relataram os seus descontentamentos, trocaram e aprimoraram suas críticas, associadas às políticas racistas e fascistas do colonialismo português.

Apenas após a independência das antigas colônias portuguesas é que surge a sigla conhecida como PALOP, antes inexistente. Estes países, por consequência da colonização, herdaram uma mesma língua e, como nações africanas recém independentes, possuíam interesses nacionais comuns, além de uma afinidade ideológica, visto que estabeleceram regimes políticos de orientação marxista. O primeiro presidente de Angola independente, Agostinho Neto, na ocasião da fundação da União dos Escritores Angolanos, em dezembro de 75, apenas um mês depois da proclamação, proferiu um discurso, afirmando ser necessário, a médio prazo, substituir a língua portuguesa por uma nova língua feita 'da amálgama dos dialetos angolanos. Suas lideranças podiam mobilizar a língua portuguesa como ponte comunicacional entre si, inclusive para defender interesses concertados em fóruns internacionais mais ampliados. E no período da Guerra Fria, a aproximação e o apoio mútuo entre estas ex-colônias foi muito importante. Os PALOP estavam inseridos no campo socialista, num contexto de bipolaridade mundial, com acordos de cooperação internacional estabelecidos com Cuba, China, Rússia e países da Europa Oriental. Já os outros países de língua oficial portuguesa, como o Brasil e Portugal, se encontravam mais alinhados à política externa de Washington e o chamado "mundo livre", o outro pólo de gravidade geopolítica na Guerra Fria.

A figura abaixo apresenta o mapa do continente africano com a localização das cinco ex-colônias de Portugal, que durante a luta de libertação formaram a CONCEP e, após a conquista das independências, integraram a sigla dos PALOP.

Figura 2 - Mapa com a localização geográfica das cinco ex-colônias portuguesas na África. Hoje, o grupo dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) incorpora um sexto país, Guiné-Equatorial, país de colonização espanhola incluído na CPLP em 2014



Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pa%C3%ADses_Africanos_de_L%C3%ADngua_Oficial_Portuguesa#/m%C3%A9dia/Ficheiro:Palop.svg. Acesso em: 4 Jul. 2022.

A CPLP foi instituída à imagem de outras organizações internacionais pós-imperiais, como a Commonwealth e da Organização Internacional da Francofonia (OIF), e é comparativamente menos importante que estas duas na economia política internacional (FREIXO, 2007). Foi o fim da Guerra Fria que permitiu a maior aproximação e concertação diplomática entre, de um lado, Brasil e Portugal, e de outro lado, os PALOP, nações praticantes da língua portuguesa que, até a queda do muro de Berlim, encontravam-se em posições opostas na geopolítica mundial. A distensão do conflito global abriu espaço para uma maior

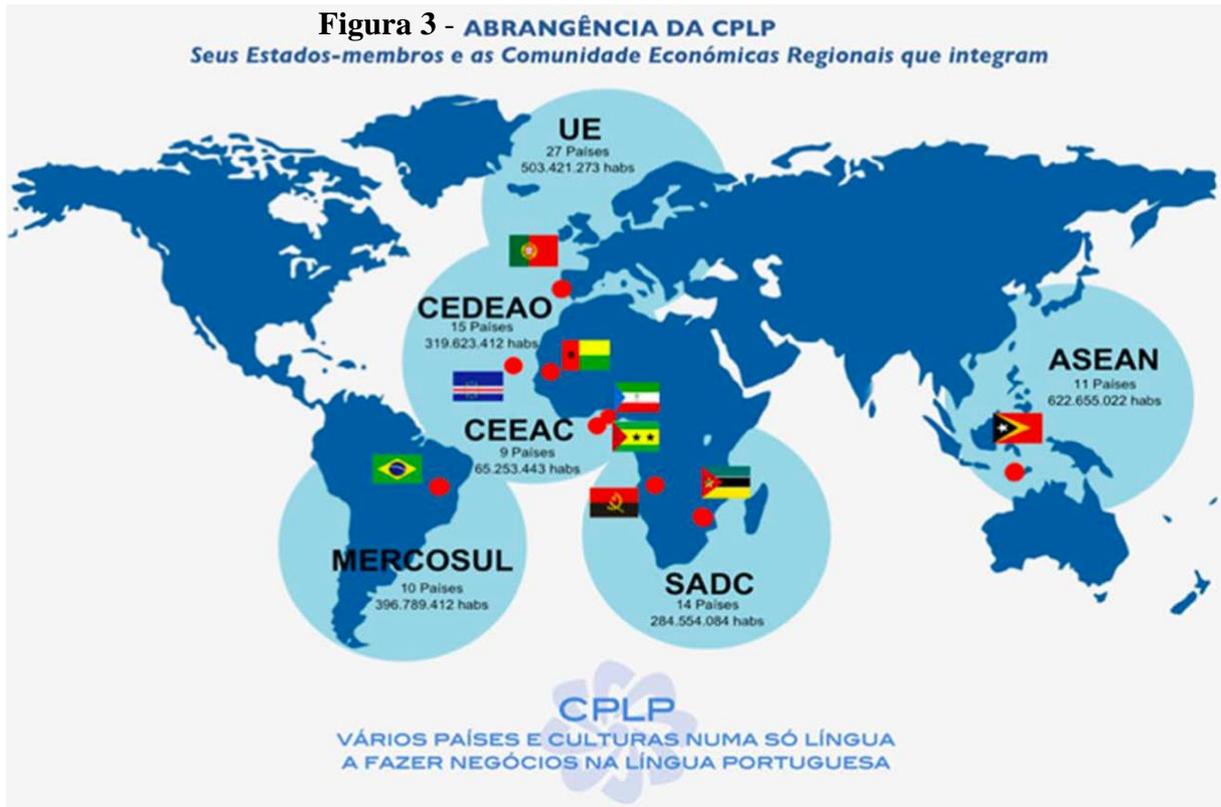
aproximação entre o conjunto destes países lusófonos. Uma importante iniciativa foi a criação, em 1989, do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) que tinha como objetivo, segundo seu estatuto, "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo da cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais" (CPLP, 2006).

Criada em 1996, por iniciativa brasileira e portuguesa, a CPLP é uma organização internacional e intercontinental, formada por nove Estados-membros (Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste) situados em quatro diferentes continentes (África, América, Europa e Ásia). Quando da criação da CPLP, em 17 de julho de 1996, ela era formada apenas por sete países, os cinco PALOP, além de Brasil e Portugal. Em 2002, com a restauração da independência de Timor-Leste, e em 2014, com a incorporação de Guiné-Equatorial, a organização atingiu o atual número de nove Estados-membros (CRUZICHI, SILVA, ECKER, RIZZI, 2017, p.3).

A criação da CPLP afirmou sobretudo o caráter internacional da língua portuguesa e seu papel como laço histórico, cultural e político entre os países.⁴ A comunidade tem um papel importante, centrado no foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua da concertação político-diplomática e da cooperação entre seus membros, incorporando projetos que facilitam na ascensão e difusão da língua portuguesa no mundo, tal como define o estatuto da CPLP (FREIXO, 2007, p.119). Como uma organização intercontinental, cada um de seus países-membros está inserido, ou busca inserir-se, num contexto e num bloco regional próprio e pode capitalizar esta inserção geográfica múltipla em função de objetivos da CPLP e de seus integrantes, sobretudo no âmbito comercial das diferentes economias regionais, atuando como *lobby* nestes distintos fóruns.

O mapa-mundi abaixo destaca a posição e a inserção regional dos membros da Comunidade Países de Língua Portuguesa (CPLP) nos diferentes blocos e contextos regionais em que se encontram.

⁴ O importante estudo de Adriano de Freixo (2007) mostra como o nascimento da ideia de "lusofonia" e de uma "Comunidade Lusíada" em Portugal ocorreu ainda no fim do período colonial, em seu momento de maior crise, a guerra colonial em África, e era fundado na ideia de uma "federação" ou um espaço para "coordenação internacional" entre todos os países que foram colonizados por Portugal.



Fonte: Secretariado Executivo da CPLP, Manuel Clarote Lapão, Diretor de Cooperação da CPLP, "Cooperação na CPLP - Segurança Alimentar e Nutricional". Disponível em:

<http://www.acp.int/sites/acpsec.waw.be/files/CPLP_Cooperation.pdf> Acesso em: 17.May.2022

Como se pode ver no mapa acima, Portugal integra a União Europeia (UE); Brasil pontifica o Mercado Comum do Sul (Mercosul); Timor-Leste busca garantir sua entrada (ainda não efetuada) na *Association Southeast Asian Nations* (ASEAN), além de possuir algum acesso ao Fórum das Ilhas do Pacífico; a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) conta com a participação de Angola e Moçambique, sendo que este último país também integra a Commonwealth; a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) conta com a presença de Guiné-Bissau e Cabo Verde, e este país-arquipélago também é membro da Organização Internacional da Francofonia (OIF); por último, São Tomé e Príncipe está na Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), uma organização de que Angola faz igualmente parte.

A CPLP também possui a categoria de “observador associado”, criada na segunda Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Praia, Cabo Verde, no ano de 1998. Já em 2005, em Angola, Luanda, na conferência com a participação de Conselho de Ministros da CPLP estabeleceu-se ao lado da categoria de “observador associado” a de “observador consultivo”. Assim, além de seus nove membros permanentes, a CPLP também conta com

observadores associados, uma categoria que permite o eventual ingresso de Estados e/ou regiões lusófonas que pertencem a Estados terceiros, mediante acordo com os Estados-membros, mas que não possuem poder de voto na Comunidade. Os observadores associados devem ser reconhecidos, nas Conferências de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, como partilhando os mesmos princípios orientadores da Comunidade, associados à língua portuguesa e ligados às práticas democráticas, boa governação e promoção dos direitos humanos. No entanto, o crescimento acelerado de observadores associados chama a atenção para uma possível descaracterização da própria Comunidade.

O site oficial da CPLP apresenta seus observadores associados, são países como Geórgia, Japão, Marrocos, Mauritânia, Namíbia, Senegal, Turquia, entre outros. Como explica a plataforma virtual, a cada Conferência o número de candidatos a observadores associados foi crescendo. Na XI Conferência dos Chefes de Estado e Governo da CPLP, reunida em Brasília, em 2016, atribuiu-se tal categoria à Hungria, República Tcheca, República Eslovaca e à República Oriental do Uruguai. Na XII Conferência, em Cabo Verde, no ano de 2018, tornaram-se observadores associados Luxemburgo, Andorra, Reino Unido, Argentina, Chile, França, Itália e Sérvia. Já na XIII Conferência, realizada em Angola, no ano de 2021, a categoria foi atribuída ao Canadá, Qatar, Estados Unidos da América, Irlanda, Espanha, Índia, Costa do Marfim, Peru, Romênia e Grécia. Ademais, o status de observador associado tem sido concedido não apenas para Estados nacionais, mas também para Organizações Intergovernamentais, como a Organização de Estados Ibero-Americanos para Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e a Organização Europeia de Direito Público (OEDP/EPLO).⁵

Por meio da CPLP, a língua portuguesa também tem assumido protagonismo na disputa global por prestígio e poder, por meio da concorrência com as outras grandes línguas mundiais. Isso pode ser observado nas manobras diplomáticas dos países da CPLP que buscam o reconhecimento desta língua como uma das línguas oficiais da ONU, ao lado do árabe, do chinês, do espanhol, do francês, do inglês e do russo. Esta ação em lobby dos países, também se soma ao papel do atual Secretário-Geral da ONU, o português António Guterres. Num recente ato cerimonial realizado pelas Organizações das Nações Unidas, em 5 de maio de 2021, data da celebração do dia Internacional da Língua portuguesa, o então Secretário-Geral da ONU, destacou que a grandeza desta língua se mede pela diversidade de vozes, partilhada por 4 continentes e por uma estimativa de 285 milhões de pessoas ao mundo que têm o português

⁵ Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Disponível em <<https://www.cplp.org/id-2765.aspx>>, acesso em: 4 de jul. 2022.

como o idioma materno. Além disso o secretário-geral salientou o traço insubstituível da ligação existente os seus povos, por meio das línguas, detalhando que nelas a diversidade e a multiculturalidade ganham raízes. Este seria o papel da língua portuguesa e de todas as línguas, na mobilização e disseminação do conhecimento da informação credível no presente e no futuro (ONU BRASIL, 2021).

2 PROBLEMA DA PESQUISA

País rico em recursos naturais, segundo maior produtor de petróleo no contexto da África Subsaariana e sétima maior potência militar no continente africano, segundo o relatório anual da *Global Fire Power*⁶, Angola é um membro importante na CPLP e possui seus próprios desafios nacionais e regionais.

Segundo José Palmeira, "a CPLP visa maximizar as potencialidades dos Estados membros e minimizar as suas vulnerabilidades através da cooperação multilateral" (PALMEIRA, 2010, p. 2). Mas quais as potencialidades de Angola e quais os benefícios que já obteve e pode vir a obter como integrante da CPLP? Quais são as principais vantagens e desvantagens da participação de Angola na CPLP para sua projeção geopolítica e seu desenvolvimento socioeconômico? Como se desenrolou sua participação na organização entre os anos de 2008 e 2017 e como essa participação contribui para os desafios do século XXI vividos no país? Qual o lugar da língua portuguesa no contexto nacional, regional e internacional angolano? Este projeto de pesquisa pretende aprofundar e apresentar caminhos para responder tais questões. Para tal, é necessário entender aspectos das políticas externas e domésticas implementadas pelo governo angolano em articulação com as diretrizes estabelecidas pela CPLP.

3 JUSTIFICATIVA

Além de pretender contribuir com uma análise geopolítica qualificada e dados empíricos sobre a situação de Angola no âmbito da CPLP, entre os anos de 2008 e 2017, ano em que José

⁶ Global Fire Power, "African Military Strength", 2022. Disponível em <<https://www.globalfirepower.com/countries-listing-africa.php>>, acesso em 5 jul. 2022.

Eduardo dos Santos deixou, depois de 38 anos ininterruptos, a presidência daquele país, esta pesquisa também se justifica por eu ser um cidadão angolano. Nesta condição me vi na necessidade de procurar compreender melhor os dilemas enfrentados por meu país, percebendo qual a posição de Angola neste espaço discursivo chamado de "lusofonia" e da qual a própria universidade onde estudo (UNILAB) encontra-se vinculada. Angola tem enfrentado vários desafios socioeconômicos, democráticos e sanitários, que nos obriga a um olhar mais crítico e cuidadoso, de modo a entender as condições do país e potencialidades que podem ser desenvolvidas a partir da CPLP.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- Analisar e compreender as ações desenvolvidas por Angola no âmbito da CPLP e com os demais Estados membros da comunidade, destacando seus aspectos geopolíticos, com especial atenção para suas implicações econômicas e linguísticas, considerando o marco temporal entre os anos de 2008 e 2017.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar as ações multilaterais e bilaterais estabelecidas com os países da CPLP;
- Situar a singularidade de Angola como membro da CPLP e seu papel na integração com outros membros;
- Comparar e analisar as possíveis relações entre o desempenho de Angola, no âmbito da CPLP, e suas relações internacionais com outros Estados não-membros da comunidade;
- Verificar as relações entre a política linguística e a política externa angolana, bem como suas conexões com os usos políticos da língua portuguesa no país.

5 HIPÓTESES

Como uma comunidade internacional que é afirmada através de uma história conjunta, de língua compartilhada e uma cultura comum, a CPLP, desde sua criação tem passado por importantes alterações. Estas mudanças acompanham as transformações da geopolítica global, mas também estão associadas às alterações políticas domésticas, às novas políticas externas de seus países e às crises e turbulências pelas quais seus líderes atravessam. A recente entrada da Guiné-Equatorial, em 2014, foi um evento conturbado, sobretudo devido às críticas que destacavam que o país não cultivava a língua portuguesa e que não respeitava os princípios democráticos e dos Direitos Humanos presentes no estatuto da CPLP, principalmente considerando que seu presidente, Teodoro Obiang, permanece no poder desde 1979 e que sua legislação legitima a pena de morte no direito constitucional equatorial-guineense. No entanto, a entrada do país na CPLP é reveladora, talvez, de outro movimento em curso, já manifestado por alguns líderes políticos, aquele que busca voltar os interesses da comunidade para objetivos econômicos mais pragmáticos e voltados ao fortalecimento da cooperação no setor energético, entre países produtores de petróleo, não só os africanos, mas também Brasil e Timor-Leste (Sá, 2015-2016).

Guiné-Equatorial é um país territorialmente pequeno, mas tal como Angola, um petro-Estado. Ambos possuem grandes reservas de hidrocarboneto, investem na exploração e exportação de petróleo, e a situação de seus países revelam alguns sintomas deletérios da “maldição do ouro negro”, associada pela bibliografia à baixa diversificação do mercado nacional e à grande dependência econômica de produto minerais primários, à desigualdade social e concentração de renda, à pouca transparência no uso do recurso público e corrupção da classe política, além da inescapável degradação ambiental decorrente dos grandes projetos extrativistas. (MONIÉ, 2012).

Portanto, uma hipótese aqui colocada é de que Angola tem utilizado a CPLP como uma plataforma para o desenvolvimento econômico, sobretudo no setor energético, em especial como uma forma de projetar poder e influência na região do Golfo da Guiné, uma zona rica em petróleo e onde Angola tem na Nigéria uma importante rival regional - cuja competição já se manifestou quando ambos países enviaram suas respectivas forças de intervenção para Guiné-Bissau, após o golpe de 2012, o primeiro país afirmando representar os interesses da CPLP e o segundo representar a CEDEAO. (INFANDE, 2016). Outra hipótese sustentada é a de que há relação entre as políticas educacionais e linguísticas em Angola e sua política externa. Esta

relação se manifesta nas ações desenvolvidas no âmbito da CPLP, mas que deve ser melhor entendida e investigada.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

O referido projeto pretende mobilizar conceitos da geopolítica em diálogo com questões de política linguística para a melhor compreensão do lugar de Angola no âmbito da CPLP. Já em fins do século XIX, os estudos da geografia política, seguindo a máxima de Friedrich Ratzel - "espaço é poder" -, destacavam a importância fundamental do território na compreensão da organização e no desenvolvimento das sociedades, das trocas econômicas e dos Estados nacionais (LESSA; GONÇALVES, 2007). Por isso, problemas caros a esta subdisciplina, associados à gestão das fronteiras, da integração e da divisão espacial, dos recursos naturais, do poder marítimo e terrestre, e das diferentes formas de se qualificar e compreender um território em suas diferentes escalas (local, nacional, regional, continental e global), constituem uma lente privilegiada para a análise proposta neste projeto. Estes problemas já estão presentes, de modos diferenciados, nas obras de autores clássicos da geografia política e da geopolítica, tais como F. Ratzel, R. Kjellén, K. Haushofer, A.T. Mahan e H. J. Mackinder. (VISENTINI, 2011).

Muitas tradições no pensamento geopolítico se desenvolveram no interior de "escolas nacionais", como a alemã, a francesa, a inglesa e a estadunidense (MAFRA, 2006). Na América do Sul destacaram-se as escolas de geopolítica brasileira, argentina e chilena, quase sempre associadas a intelectuais oriundos das forças armadas, num contexto regional marcado por golpes de Estado, pelo fechamento de regimes democráticos e pelo desenvolvimento de uma "geografia militar" ligada à "doutrina de segurança nacional", característica das ditaduras autoritárias do Cone Sul no período da Guerra Fria. No continente africano, o pensamento geopolítico foi objeto de grande debate durante os conflitos regionais na África Austral, sobretudo entre os anos 1960 e 1980, nas lutas anticoloniais e antiapartheid, contexto em que Angola adquiriu certo protagonismo no confronto armado - e na vitória, apoiada por Cuba - contra a África do Sul, ainda hoje principal potência econômica naquela região.

Sobre a geopolítica de Angola, Grilo (2009) e Ganga (2019) explicam que seu valor assume destaque sobretudo devido a sua extensão territorial, seus vastos recursos naturais e sua posição geográfica, que pode rivalizar no papel de potência regional com a África do Sul, devido a sua capacidade de construção de uma geopolítica "anfíbia", ao mesmo tempo continental e oceânica. O estudo de Eli Alves Penha (2015) destaca estas tensões entre o espaço

terrestre e o marítimo no entorno estratégico angolano: de um lado, o *heartland* africano, ligado à sua inserção continental, voltada ao espaço central e meridional das terras africanas interiores, e efetuada por meio do maior controle de suas fronteiras secas, do desenvolvimento de infraestruturas, gasodutos, redes para a distribuição de energia, sistemas ferroviários e rodoviários (construídos sobretudo em parceria com a China); de outro lado, sua integração nas águas atlânticas, onde Angola apresenta plataformas marítimas de exploração de petróleo, possui um sistema portuário, integra a Comissão do Golfo da Guiné (CGG), a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e reforça a importância estratégica da CPLP neste oceano, visto que dos 9 membros desta organização, apenas dois países não são banhados pelo Atlântico (Moçambique e Timor-Leste). É neste sentido que a língua portuguesa também pode servir como vínculo e esteio para o aprofundamento de projetos de cooperação internacional e também estratégias geopolíticas de projeção de poder econômico, político e cultural, para fora do país e também para seu interior.

O campo de estudo associado à geopolítica linguística é mais específico nos estudos da geografia política. Há muito tempo línguas participam da definição de Estados e grupos de interesse, da formação dos impérios e nações, seus territórios e suas fronteiras, seus centros decisórios e duas periferias. Assim, quando falamos de geopolítica linguística estamos tratando de um campo de análise que dá especial atenção às relações entre espaço, poder e língua. Como o geógrafo Yves Lacoste explica na introdução de seu livro sobre a geopolítica da língua inglesa:

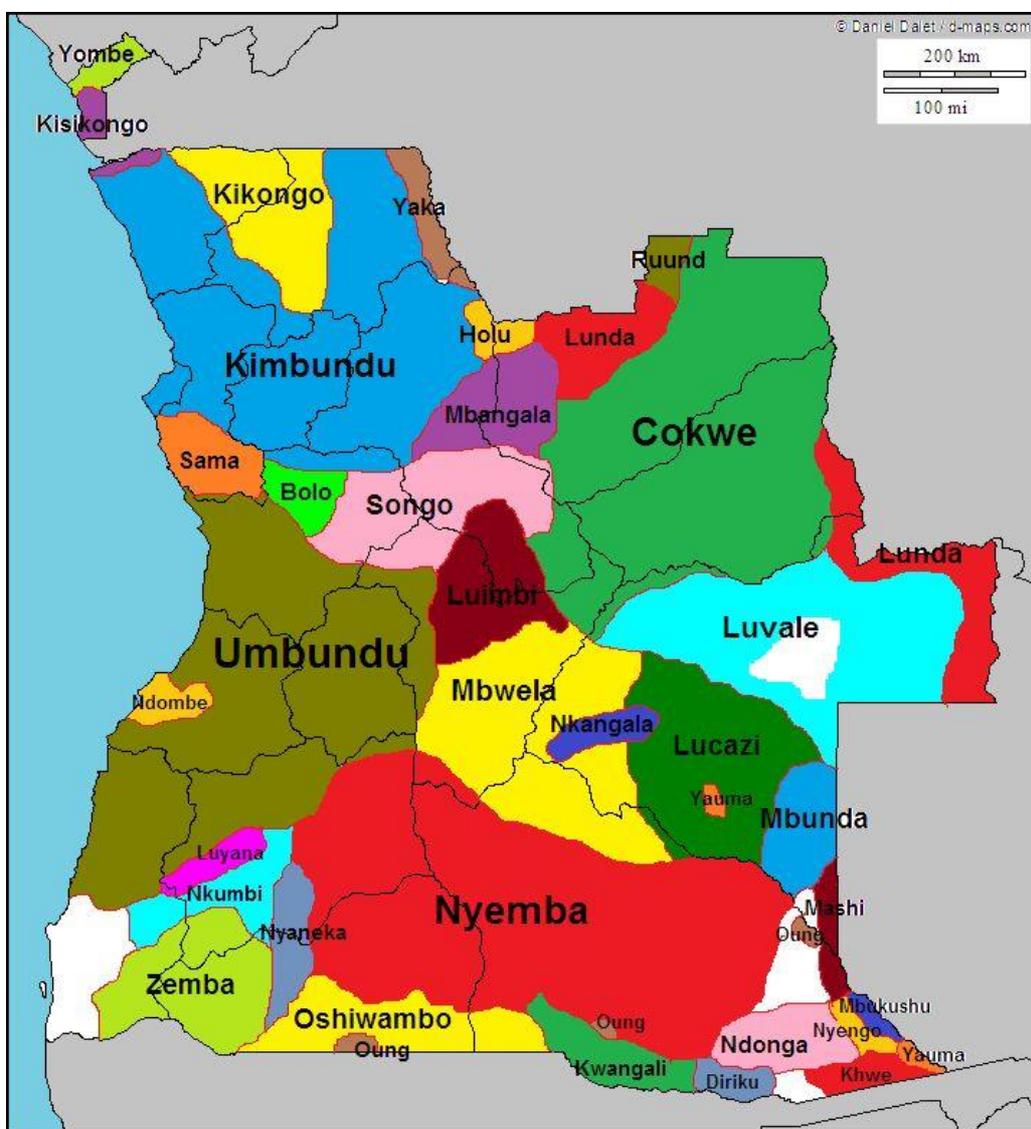
A abordagem geopolítica de uma língua não se limita a examinar no mapa o alcance de sua extensão e seus limites com outras línguas, a constatar a coincidência (ou a não-coincidência) com as fronteiras desse ou daquele Estado. Além disso, é bem raro que uma língua oficial seja a única a ser escrita e falada pela população de um Estado. Com efeito, em cada Estado, há também outras línguas que ali são faladas de fato (e não necessariamente escritas) por grupos mais ou menos importantes, cuja localização suscita, ela também, numerosos problemas. (LACOSTE, 2000 p. 7)

O português não é a única língua praticada em Angola, mas é a língua franca, oficial e de maior prestígio no âmbito nacional. Angola é o membro dos PALOP onde a língua portuguesa é mais difundida entre a população, cerca de 71,15%, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014). Contudo, além da língua portuguesa, está presente no território angolano também outras línguas caracterizadas por vezes como "nativas" ou mesmo "nacionais", cuja distribuição varia de província para província, mas ganham maior força principalmente nas zonas rurais e, especialmente, nas regiões do norte e do sul do território. Aí figuram línguas importantes como Kimbundu, Kikongo, Tchokwe, Umbundo, Nyemba,

Luvale, Mbunda, Songo, Mbwela, Zemba, Oshiwambo, Ndonga, Sama, Kissongo, Nganguela, Fiote, etc. Como em outras nações pós-coloniais, nas quais muitas comunidades étnico-linguísticas foram literalmente divididas pelas fronteiras políticas impostas pela partilha colonial, é comum que nas zonas fronteiriças de Angola línguas autóctones (e seus valores culturais associados) sejam compartilhadas por cidadãos dos países vizinhos, fazendo com que a vida social nestas regiões adquira características próprias.

Na representação cartográfica abaixo podemos apreciar o mapa etno-linguístico de Angola e com a distribuição espacial onde as principais línguas nativas são predominantes.

Figura 4 - Mapa com as línguas de Angola



Fonte: <https://imgur.com/8cMtKFg>. 2018.

Em Angola o português é uma língua franca, mas não falada por todos seus cidadãos. Também cerca de 25% de sua população se encontra excluída do mundo letrado, e sendo considerada analfabeta" segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2014). Em Angola a oralidade é viva e mesmo entre aqueles que dominam o idioma trazido pelo colonizador, é possível encontrar pessoas que cultivam e praticam outra língua materna, oriunda de seu povo, de sua comunidade ou de sua família. Trago aqui a minha experiência prática, um jovem que nasceu em Luanda, filho de pais oriundos da região sul de Angola, concretamente na província do Bié, cujo seu grupo linguístico é predominante ao dos ovimbundos, e por crescer neste meio onde o pai e mãe se comunicam sempre em língua umbundo, é óbvio que este mesmo indivíduo terá domínio da sua língua materna, porque se assemelha com a cultura de seus progenitores.

Os estudos sobre política linguística chamam a atenção para os processos, os atores, os contextos, as instituições e as leis envolvidas no planejamento linguístico, que são sempre definidos como “processos ideológicos, auxiliares na manutenção de relações de poder desiguais entre grupos linguísticos majoritários e minoritários.” (BONACINA-PUGH, 2012, p.216 apud SEVERO, 2013). No contexto angolano, o exercício do poder estatal sobre as línguas é manifesto sobretudo em seu sistema de educação que, nos últimos anos, procedeu a inclusão das línguas nativas no ensino escolar de maneira a servirem como elementos auxiliares no processo de aprendizagem de componentes científicos da aprendizagem. Atualmente já se verifica o uso e o fabrico, ainda restrito, de manuais didáticos baseados nas línguas nacionais como em dicionários, manuais de alfabetização, livros de histórias e contos escritos em línguas nacionais.

Em Angola, o uso das línguas nativas nos planos didáticos e pedagógicos das instituições educacionais - no ensino primário, secundário e superior - já possuem algum destaque. Isso não ocorria em períodos anteriores da história da educação angolana. Em alguns casos os professores mobilizam as línguas nacionais no ensino das disciplinas e como ferramentas de aprendizado nas suas aulas. Contudo a falta de materiais didáticos nas línguas nacionais é algo que impede o aprofundamento do uso de outras línguas no ensino formal. Ainda que tais práticas pedagógicas, anunciadas como fruto de uma proposta e de uma "política bilíngue educacional", sejam inovadoras, a "política linguística angolana não tem favorecido uma política de inclusão e de justiça social, que permita que falantes de línguas maternas angolanas e que desconhecem a língua portuguesa tenham seu discurso legitimado" (BERNARDO; SEVERO, 2019, p. 1)

O conceito de poder quando associado à linguística salienta as possibilidades de intervenção e gestão das línguas, bem como a inteligibilidade da relação entre as línguas e o

contexto sócio-político, as línguas e o Estado, as línguas e a tecnologia, e as línguas e os sujeitos praticantes (SEVERO, 2013). As relações entre poder e língua também se manifestam em distintas escalas geopolíticas, refletindo desde dinâmicas do poder global, regional e estatal até práticas interacionais mais situadas, instituições locais, famílias, comunidades religiosas, grupos sociais, entre outros: “Enquanto a literatura de planejamento linguístico tem focado principalmente o nível macro, é importante compreender que política e planejamento linguísticos também operam no nível micro. (KAPLAN; BALDAUF, 1997, p.1 apud SEVERO, 2013).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, de 1996, foi estabelecida pela UNESCO como uma forma de regular, no âmbito internacional, as políticas e os princípios de planejamento linguístico em todo mundo. Trata-se, portanto, de um marco normativo na governança global das línguas e uma referência importante para qualquer reflexão sobre a geopolítica linguística. A declaração visou, especialmente, as línguas ameaçadas de extinção, e buscou garantir a possibilidade de “corrigir os desequilíbrios linguísticos com vista a assegurar o respeito e o pleno desenvolvimento de todas as línguas e estabelecer os princípios de uma paz linguística planetária, justa e equitativa, como fator fundamental da convivência social” (CORREIA, 2021).

Em Angola, o acesso à educação e ao letramento em língua portuguesa ainda é restrito, restringindo também seus cidadãos ao conhecimento de suas leis e seus direitos. O governo angolano continua priorizando o português nos meios urbanos e nos espaços formais como: repartições e instituições de Estados, áreas escolares e departamentos de cadastramento de documentos identificação e de cartas de condução. Nas localidades rurais a língua portuguesa continua sendo pouco usada e ali ouve-se línguas nativas praticadas principalmente por sociedades orais, por povos não letrados. Nos últimos anos, as línguas angolanas ganharam maior destaque nas políticas comunicacionais, sobretudo na televisão pública, onde as línguas nativas passaram a ter mais voz nos jornais matinais, intercalando o tempo televisivo entre o português e outras variedades linguísticas da nação.

7 METODOLOGIA

Para obtenção dos objetivos desta pesquisa, o presente projeto se baseará em uma abordagem qualitativa e também da análise documental, utilizando materiais de jornais, sites oficiais de organizações de Estados, revistas, artigos, documentos oficiais e relatórios

angolanos. Especial atenção será dada aos relatórios das cimeiras e conferências da CPLP. O objetivo é identificar e analisar as ações desenvolvidas por Angola no âmbito da CPLP e com os demais Estados membros da comunidade, destacando seus aspectos geopolíticos, com especial atenção para suas implicações econômicas e linguísticas, considerando o marco temporal entre os anos de 2008 e 2017.

O projeto também seguirá a metodologia de pesquisa bibliográfica com finalidade de alargar o campo teórico do trabalho baseado em fundamentos para a sua construção. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Assim, serão estudados autores e pesquisas que se debruçaram para a geopolítica de Angola, sua inserção na CPLP e os entrelaçamentos da política externa angolana com sua política linguística.

Quantos aos dados levantados, passarão por um processo de seleção e de outra maneira serão analisados de forma a compreender os conceitos e abrir caminhos para se descrever e refletir sobre a conclusão do referido projeto de pesquisa.

8 CRONOGRAMA DA PESQUISA

Período- Atividade 2019-2022	2019		2020		2021		2022
	Abr. jun	Jul. Dez	Jan. Jun	Jul. Dez	Jan. jun	Jul. Dez	Jun.Jul
Escolha do tema	√						
Coleta de dados	√		√				
Análise de dados			√		√		
Organização do roteiro			√				
Execução de projeto			√		√		
Redação do trabalho					√		
Revisão final						√	
Entrega do TCC						√	
Defesa do TCC						√	

Referências

- BASTOS, Pedro de Souza. **A importância geopolítica da CPLP e o projeto de estatuto do cidadão lusófono**. Luso-Afro-Brazilian Studies.2016..Disponível em: https://www.academia.edu/20374402/A_IMPORT%C3%82NCIA_GEOPOL%C3%8DTICA_DA_CPLP_E_O_PROJETO_DE_ESTATUTO_DO_CIDAD%C3%83O_LUS%C3%93FO_NO. Acesso em: 03 May, 2020.
- BERNARDO, E. J.; SEVERO, C. G. Políticas linguísticas em Angola: sobre as políticas educativas includentes e excludentes. **Revista da ABRALIN**, v. 17, n. 2, 25 jun, 2019.
- BONIFÁCIO, Maria, “A vitória é certa”: perspectivas histórico-discursivas de nação, produção, língua e homem novo no manual de alfabetização e guia do alfabetizador angolanos (1980), **África (s) | Vol.7 | No. 13 | Ano 2020**.
- CPLP. **A CPLP e os Desafios do futuro**. Sersilito empresa gráfica Ltda. 2003. Disponível em:<https://iilp.wordpress.com/2013/07/19/a-cplp-e-os-desafios-do-futuro/>. Acesso em: 31.May.2022
- CPLP. Status dos Observadores Associados e Consultivos.2022.Disponível em: <https://www.cplp.org/id-2765.aspx>. Acesso em: 05.Ago.2022.
- CERVO, Amado Luiz. **Metodologia científica**. -6. Ed.- São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CORREIA, Margarita. **Os direitos linguísticos, um quarto de século depois do século**. Diário de Notícias. 27 Dez.2021. Disponível em: <https://www.dn.pt/opiniao/os-direitos-linguisticos-um-quarto-de-seculo-depois-14441564.html>. Acesso:05.Ago.2022.
- CRUZICHI, SILVA, ECKER, RIZZI. **Vinte e Um Anos De CPLP: Um Estudo Sobre A Cooperação no Domínio Da Defesa**. Santana do Livramento, Universidade Federal do Pampa. 23. Novembro. 2017. Disponível em:<https://periodicos.unipampa.edu.br/index.php/SIEPE/article/view/98188/18429>. Acesso em 20. Fev. 2022.
- FARACO, CA. **Lusofonia: utopia ou quimera? Língua, história e política**. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and. RIBEIRO, S., org. Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 31-50. ISBN 978-85-232-1230-8. Available --from SciELO Books. Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/67y3k/pdf/lobo-9788523212308-05.pdf>>. Acesso: 4.Fev. 2021.
- INFANDE, Beto. **Geopolítica africana na Guiné-Bissau: a presença de Angola e Nigéria na crise política de abril de 2012**. 2016. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.
- DE ARAUJO, Ana Paula. **Português na África: 2006-2022**.Disponível em: <https://www.infoescola.com/linguistica/portugues-na-africa/>. Acesso em: 21. Mar. 2022.

FERNANDES, Pedro José; GOMES, Ferreira D. Antônio. **Geopolítica: conceitos e teorias de base Geopolítica: As Grandes questões do mundo contemporâneo**. Instituto Cultural. 07.Out.2015.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. 2010 _at_ cunha junior.pdf. Disponível em: http://WWW.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/15998/1/2010_art_hcunhajunior.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

FERNANDES. Grisolia Tamara. **Língua e Poder: A Língua como instrumento ou estratégia política nos Países de Língua Portuguesa**. Revista geo-paisagem (on line).2010

FERREIRA, Ana. **Independência de Angola**. Setúbal-Portugal. 2020.Disponível em:https://run.unl.pt/bitstream/10362/108850/1/Independencia_de_Angola_1975_.pdf. Acesso em: 01. Jul. 2022.

FREIXO, Adriano. **“Minha Pátria é a Língua Portuguesa”:** A Construção da Ideia da Lusofonia em Portugal. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/j/delta/a/4hrVB9snQQ4777PtPQVBB5f/?lang=pt>. Acesso: 06.Jun. 2021.

GANGA, Marinela, Leonardo, Alice. **A Geopolítica do Petróleo Angolano e sua Inserção na Relação Sino-Angolana**. Universidade Autónoma de Lisboa. Lisboa. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4464/1/A%20diss%20alice%20G..pdf>. Acesso em: 03. Jun. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paul: Atlas, 2007.

GRILO, António Manuel de Matos. **A geopolítica de Angola, dinâmicas de afirmação num quadro regional**. 2009. 83f. Trabalho de investigação individual final do CEM-C (Curso de Estado Maior-conjunto) - Instituto de Estudos Superiores Militares, Lisboa 2009.

HENRY , Kam Kah.**Governança de recursos, conflito e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI**. 2012. Disponível em:<https://revistas.uece.br/index.php/tensoesmundiais/article/download/549/439/1831>. Acesso em: 02. Jul. 2022.

KEBANGUILAKO, Diniz. **O Sistema Educativo e Sistema Educativo e a Homogeneização Cultural em Angola: Que justiça social pela diversidade étnica?** Angola. 2016.Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2013/Trabalho_Comunicacao_oral_idin_scrito_2393_eaa3bdf0240099d9491ffeb8d481fbae.pdf. Acesso em:23. Jun. 2022.

JERÓNIMO, Patrícia. **A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje fará sentido tratá-la como uma organização de direitos humanos?** .Braga. 2018.Disponível em:http://repositorium.uminho.pt/bitstream/1822/61256/1/JER%c3%93NIMO%2c%20Patr%2c%20adcia%2c%20A%20CPLP%20como%20Organiza%2c%20a7%2c%20a3o%20de%20Direitos%20Humanos_vers%2c%20a3oWB.pdf. Acesso 29.Jun.2022.

OLIVEIRA, Tramontim de Heloísa. **Língua Portuguesa em Angola: Silenciamentos, isolamentos e hierarquias**. Revista da Abralin. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).2018. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/507/1261>. Acesso em: 21. May.2022.

ONU BRASIL. “**Este Dia Mundial é um reconhecimento justo da relevância global da língua portuguesa**”, diz chefe da ONU. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/126320-este-dia-mundial-e-um-reconhecimento-justo-da-relevancia-global-da-lingua-portuguesa-diz>. Acesso em: 06.Ago.2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DE ANGOLA. **Censo demográfico de 2014 do Instituto de Nacional de Estatística de Angola**. Disponível em: http://www.embajadadeangola.com/pdf/Publicacao%20Resultados%20Definitivos%20Censo%20Geral%202014_Versao%2022032016_DEFINITIVA%2018H17.pdf. Acessado em: 20 abr.2022.

LACOSTE, Yves (Org.). **A Geopolítica do Inglês**. São Paulo: Parábola, 2005. 159p.
LESSA, Leite, Monica; GONÇALVES, Da Silva, Williams. **História da Relações Internacionais Teorias e Processos**. EDUERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

LOBATO, Gisele. **O Brasil e a independência de Angola (1975): Política externa oficial e diplomacia militar paralela**. ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa. Outubro. 2015. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/11175/1/GiseleLobato.pdf>. Acesso em: 01. Jul .2022.

MAFRA, Machado Oliveira Roberto. **Geopolítica Introdução de Estudo**. Câmara brasileira de Livro. São Paulo Brasil. Jun. 2006.

MATOS, Dandara Silvia. **Os Movimentos de Independência em África: Caso de Estudo o movimento anticolonialista (MAC)**.Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira. a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). 2019. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/historiacom/article/view/934/714>. Acesso em: 25.Jun.2022.

MONIÉ, Frédéric. **Petróleo, desenvolvimento e dinâmicas espaciais na África Subsaariana**. In: MONIÉ, Frédéric; BINSZTOK, Jacob. **Geografia e geopolítica do petróleo**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2012.

MORAES, Mayra Mattar. **Independência dos Países Africano**. Instituto Claro. 19 Jan. 2019. Disponível em: <https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/a-independencia-dos-paises-africanos/>. Acesso: 14 May.2022.

MOTA, De Cerqueira Pires Villares Mariana. **Brasil, Portugal e CPLP: Possíveis Estratégias internacionais do século XXI**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Departamento de Ciências Políticas. São Paulo.2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-10022010-174615/publico/MARIANA_VILLARES_CERQUEIRA_MOTA.pdf. Acesso em: 22. Fev. 2022.

LIBERATO, Ermelinda. **Avanços e retrocessos da educação em Angola**. Revista Brasileira de Educação. Universidade Agostinho Neto. Luanda.2014. Disponível em:[https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Dn4CYmKD5W5dw4ygQLBCxzN/?format=pdf & lang=pt](https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Dn4CYmKD5W5dw4ygQLBCxzN/?format=pdf&lang=pt). Acesso em: 20. Jun. 2022.

PALMEIRA, José, “O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP”, **Hatene kona ba / Compreender / Understanding / Mengerti Timor Leste, TLSA Conference**, 2009. Disponível em: <<https://tlstudies.org/conference-proceedings/2009-conference/>> acesso em 4 de jul. 2022.

PENHA, Eli Alves. O dilema da geopolítica em Angola: entre o “Hearthland” africano e o Atlântico Sul. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 12, n. 22, p. 17-32, 2016.

PENNA, Filho P. **Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): solidariedade e ação política**. **Revista Brasileira de Política Internacional**, jun. 2001. v. 44, n. 1, p. 181–183. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract & pid=S0034-73292001000100017 & lng=en\ nrm= iso & tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-73292001000100017&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 14. Fev. 2021.

PORTAL BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. **A CONCP – a internacionalização da luta pela independência das colónias portuguesas**. Biblioteca Nacional de Portugal, Serviço de Atividades culturais, Campo Grande 83. Lisboa-Portugal. Disponível em:<http://www.bnportugal.gov.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1175%3Aconferencia-a-concp-a-internacionalizacao-da-luta-pela-independencia-das-colonias-portuguesas-15-jun-16-14h30-18h30&catid=166%3A2016&Itemid=1196&lang=pt.> Acesso em:25.Jun.2022

PORTAL DNOTÍCIAS. **Mapa geográfico de PALOP**. Abr.2021. Disponível em: <https://www.dnoticias.pt/2021/4/15/257862-todos-os-palop-recuperam-da-pandemia-e-crescem-este-ano/>. Acesso em: 14. fev.2022.

PORTAL NACIONALIDADE PORTUGUESA. **Mapa Geográfico da CPLP**. Disponível em: <https://www.nacionalidadeportuguesa.com.br/comunidade-dos-paises-de-lingua-portuguesa/>. Acesso em: 17. May.2022.

PORTAL ELEFANTE NEWS. **Mapa dos PALOP**. 04. DEZ.2010. Disponível em: <https://educastro.wordpress.com/2010/12/04/a-caminho-de-cabo-verde/palop/>. Acesso 16 May.2022.

PORTAL OBSERVATÓRIO DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Número de falantes da língua portuguesa em Angola**.07. abr. 2016. Disponível em: <https://observalinguaportuguesa.org/angola-portugues-e-falado-por-7115-de-angolanos/>. Acesso: 19 Jun.2022.

PORTAL PINTEREST. **Mapa de regiões etnolinguísticas de Angola**. 2018. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/672936369297433697/>. Acesso 20. May.2022.

PORTAL IMGUR. **Mapa de distribuições de línguas de cada regiões de Angola**.26. Ago. 2018. Disponível em: <https://imgur.com/8cMtKFg>. 14. Fev. 2021.

PORTAL DA CPLP.2006. Disponível em: WWW.CPLP.Org.br. Acesso em: 18 dez.2019.

PORTAL DO GOVERNO DE ANGOLA. **O perfil de Angola**. Disponível em:< <https://governo.gov.ao/ao/angola/o-perfil-de-angola/>> Acesso em: 23 abr. 2022.

PORTAL WORDPRESS. **Figura de representação do total de falantes dos Países Língua Portuguesa. Revista Veja. 2012**. Disponível em:<https://zarpante.files.wordpress.com/2012/04/mapa-dos-paises-lusofonos-1.jpg>. Acesso 10.Jun.2022.

PORTAL MUNDO EDUCAÇÃO UOL. **Mapa de representação de Angola e seus Países Vizinhos**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/angola.htm>. Acesso em: 20 May.2022.

PORTAL WORDPRESS. **Mapa Etnolinguístico de Angola, suas províncias e suas línguas**. 24 Dez.2012. Disponível em: <https://ventosdalusofonia.wordpress.com/2013/08/06/angola-dire-tor-do-ministerio-da-cultura-defende-estatuto-das-linguas-nacionais/>. Acesso:23 May.2022

PRACA, Diploma Baka Láska. **Difusão e desenvolvimento do português vernáculo de Angola**. Masarykova univerzita. 2012. Disponível em: [https://is.muni.cz/th/j80ph/Difusao e desenvolvimento do portugues Angola RF.pdf](https://is.muni.cz/th/j80ph/Difusao_e_desenvolvimento_do_portugues_Angola_RF.pdf). Acessado em: 02. out.2021.

PRAZERES, Major Flávio dos. **O Brasil e a CPLP: oportunidade a ser ainda mais explorada**. Disponível em: WWW.Defesanet.com.br Acesso:14 jan.2020.

RODRIGUES, Araújo Mariano Ítalo. **História, Identidade e Cooperação: África na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. Caderno de aula do LEA. Universidade de Brasília – UnB, Brasília, Distrito Federal, Brasil 08. dez.2019. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/calea/article/view/2477>. Acesso 15. May.2022

SÁ, Ana Lucia. Guiné Equatorial e CPLP: desafios ao futuro da Lusofonia, **Janus**, 3.28, Integração regional e multilateralismo, 2015-2016.

SEVERO, Cristine. **Políticas linguísticas e questões de poder**. Universidade Federal de Santa Catarina. Alfa: Revista Linguística. 2013.

SILVA Barbosa Diego. **O Passado No Presente: História Da Promoção E Difusão Da Língua Portuguesa No Exterior**. UFRJ. 2008. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_4/3018-3034.pdf. Acessado: 06. ago.2021.

STRAUSS, CORBIN. **Pesquisa qualitativa (técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada)**. Porto Alegre, Artmed, 2008.

VESENTINI. J.W. **Conceitos de Geopolítica: O Que É Geopolítica? E Geografia POLÍTICA?** Disponível em <http://www.geocritica.com.br/geopolitica.htm>. Acesso em: 09 May.2022.

VILELA, Mário. Reflexões sobre a política linguística nos PALOP (Países de Língua Oficial Portuguesa). **Africana Studia**. N°4. Edição de letras da Universidade do Porto.2001. Disponível em: http://aleph.letras.up.pt/index.php/1_Africana_2/article/download/7108/6528. Acesso em: 21. May.2022.

VISENTIN, Fagundes, Paulo. **Guiné-Equatorial**. Biblioteca do cidadão. Thesaurus Editora de Brasília. 2011. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/778-LNR_Guine_Equatorial.pdf. Acesso em:03. jul.2022.

ZAU, Dele Gabriel. **A Língua Portuguesa em Angola, um contributo para o Estado da sua nacionalidade**. Universidade da Beira Interior departamento de letras. 2011. Disponível em: <https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1844/5/Domingos%20Gabriel%20Dele%20Zau,%20A%20L%C3%ADngua%20Portuguesa%20em%20Angola.pdf>. Acesso em: 16. May.2022.